

## Das Sociedades ao Civil à luz da Imposto de Jurídica

na hipótese de sociedade formada por dois ou mais prestadores de serviços com registro na Junta Comercial, e, de outro lado, refere-se a sociedades empresárias, quando duas ou mais sociedades se unem e formam uma terceira sociedade.

Feito tais esclarecimentos e diante do disposto no preceito em análise, constatamos que a aplicação do percentual de 8% (oito por cento), para fins de renda tributável com base no lucro presumido, somente deve ser aplicado para as sociedades que são de índole puramente empresárias, de acordo com a nova legislação em vigor.

Nesse sentido, assevera-se que da leitura conjugada dos diversos preceitos normativos aplicáveis – IN SRF nº 306/03, Solução de Divergência nº 11 e Ato Declaratório nº 18/03 – resta concluir que, da forma como disposto, está

vedado às sociedades simples a utilização do percentual de 8% (oito por cento) para fins de apuração de base de cálculo do Imposto de Renda.

Este é o entendimento que está sendo adotado pelo Fisco, pois, em resposta a consultas posteriores à edição do referido Ato Declaratório, a Secretaria da Receita Federal, de forma contundente, demonstra que se faz necessária a configuração de todos os requisitos impostos pelo referido preceito, inclusive a configuração da sociedade ser empresária. Vejamos:

“LUCRO PRESUMIDO. LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CLÍNICA. REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA SRF/2ª RF Nº 4 DE 21 DE JANEIRO DE 2004 - As prestações de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica (patologia clínica e anatomia patológica), tendo em vista inserirem-se no rol das atividades compreendidas na atribuição de atendimento de apoio ao diagnóstico e terapia, poderão ser enquadradas como serviços hospitalares para fins de determinação do lucro presumido, desde que efetivadas por estabelecimentos assistenciais de saúde, constituídos por empresário ou sociedades empresárias, que possuam estrutura condizente para execução da atividade. DISPOSITIVOS LEGAIS - RIR/99, arts. 518, caput, 519, parágrafo 2º, Lei nº 9249/95, parágrafo 2ºa, art. 15; PN/CST nº 36/77, nova Técnica CGDI/sis/MS nº 020 de 2002 e

IN SRF nº 306 de 2003, art 23” (Superintendência Regional Da Receita Federal da 2ª Região, Solução de Consulta nº 15 de 30 de janeiro de 2004)

Considerando o exposto, entendemos que as sociedades que ainda não se adequaram aos novos ditames do Código Civil deverão, desde que observados os preceitos ora abordados – atividade econômica e organizada, com capital social, ativo imobilizado, estrutura e empregados – enquadrar-se como sociedades empresárias, posto que estarão, ao menos até que o Fisco estabeleça nova limitação, aptas à utilizarem-se do percentual reduzido.

Por outro lado, para as sociedades que já fizeram sua opção como sociedade simples muito embora possuam atributos de sociedade empresária, deverão fazer a alteração de seus atos constitutivos, registrando-os na Junta Comercial, de modo a fazer jus a tributação diminuta.

Neste compasso, é certo que as adaptações com relação ao novo Código Civil, no tocante ao aspecto societário aqui abordado, possui grande repercussão na carga tributária a ser assumida pela empresa, de modo que, antes de qualquer providência, deverão ser sopesados todos os efeitos decorrentes da nova adequação.

*Dra. Flávia Miyaoka Kurhara é advogada da Bueno Barbosa Advogados Associados*